



LEI DE BASES DA ACTIVIDADE FÍSICA E DO DEСПORTO

GENERALIDADES

Antecedentes da LBAFD

Principais Inovações da LBAFD

actividade desportiva

prática desportiva regular

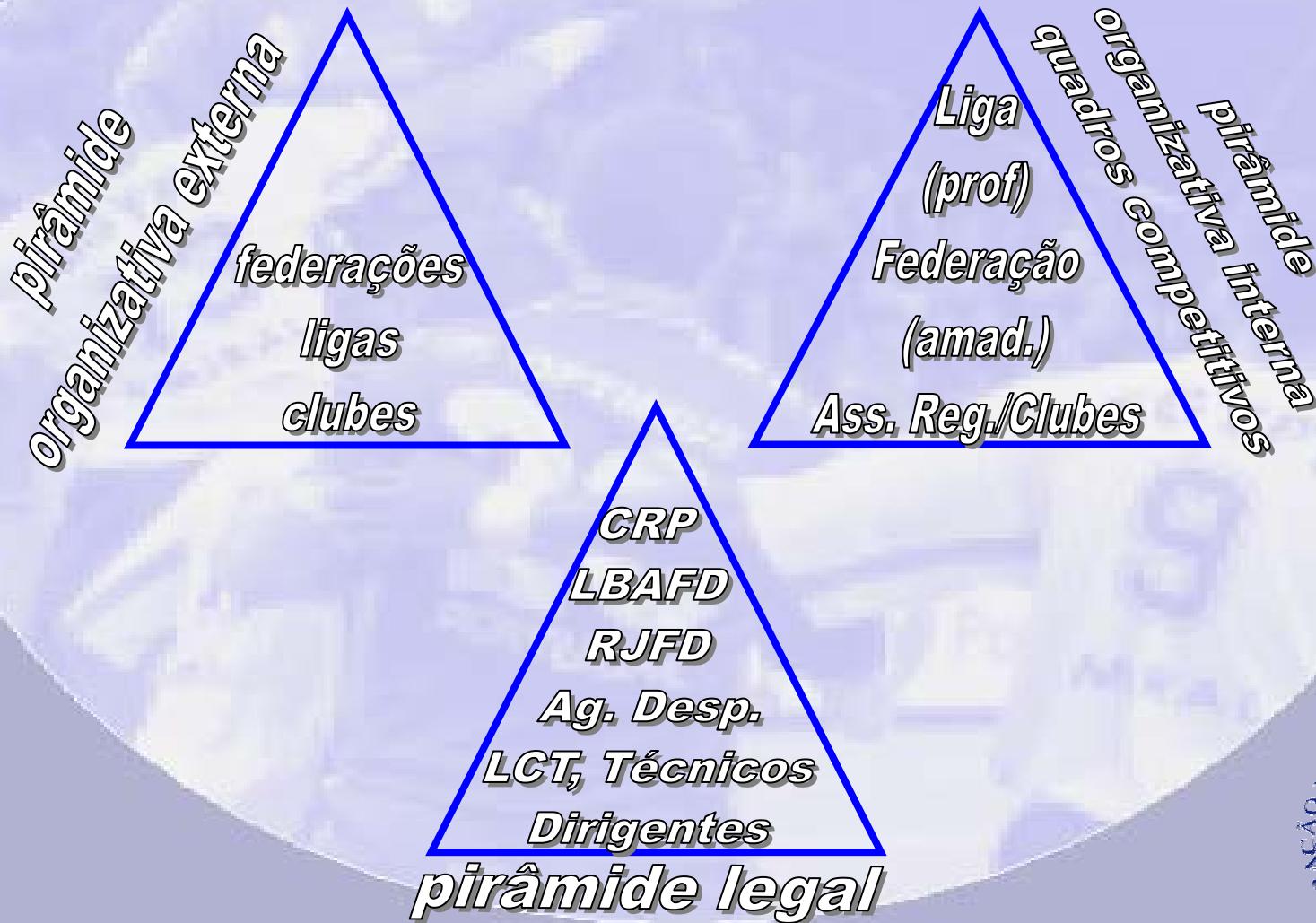
novo estatuto utilidade pública

separação desporto profissional e n/ profissional

desporto de alto rendimento



O MODELO EUROPEU DE DESPORTO



A LBAFD É:

Lei quadro, de valor reforçado

Um diploma essencial onde são espelhados as grandes linhas de orientação desportiva

Principais opções em matéria de política legislativa sobre o Desporto

Objectivos da LBAFD

*Identificar os princípios e regras
com vista*

*apreensão do enquadramento jurídico-constitucional
bem como*

o papel dos operadores públicos e privados



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Por capítulos

Na Generalidade

Na Especialidade



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Capítulo - I

Objecto e Princípios Gerais

actividade física - desporto

Carta Europeia do Desporto

Capítulo - II

Políticas Públicas

Estado - um dos principais operadores

distinção actividade física - desporto

actividade física

prática desportiva regular

alto rendimento



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Capítulo - III Associativismo Desportivo

***Federações Desportivas
Estatuto de Utilidade Pública
Clubes e Sociedades Desportivas
Ligas Profissionais***



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Conceito de Federação Desportiva

Direitos desportivos exclusivos

Justiça Desportiva

Regra - As decisões e deliberações definitivas das entidades que integram o associativismo desportivo são impugnáveis (cabe recurso) nos termos gerais do direito.

Estatuto de Utilidade Pública Desportiva

Atribuição, suspensão e cancelamento



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Ligas Profissionais

**EXERCEM POR DELEGAÇÃO da respectiva Federação,
as competências relativas às competições
de natureza profissional.**

**Liga Profissional - poder de fiscalizar
a execução dos pressupostos desportivos,
financeiros e de organização de acesso
às competições profissionais.**

**Regulação das relações entre a federação
e a liga por CONTRATO
(contrato <> protocolo)**



ANÁLISE DA LEI DE BASES

*Regulamentação das competições
desportivas profissionais*

Disciplina

e

Arbitragem



ANÁLISE DA LEI DE BASES

***Capítulo - IV
Actividade Física
e Prática Desportiva***

***Praticantes Desportivos
Formação de Técnicos***

**As Federações assumem-se como
verdadeiras entidades formadoras**

Dirigentes Desportivos



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Capítulo - IV

Artº 36

Dirigentes Desportivos

DL 267/1995 – Estatuto dirigente em regime de voluntariado

Lei 20/2004 – Regime de apoio ao voluntariado

Lei 50/2007 – Regime responsabilidade penal

-NOTA –

- a)Responsabilidades legais e fiscais**
- b)Ausência de seguros responsabilidade civil**
- c)Tributação das despesas**



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Capítulo V ***Apoios Financeiros*** ***e Fiscalidade***

adequação do regime fiscal à especificidade do desporto

Regimes Fiscais

Alargamento do regime fiscal e de segurança social específico dos praticantes profissionais do futebol e basquetebol a todos os praticantes desportivos que aufiram rendimentos da prática desportiva profissional.



ANÁLISE DA LEI DE BASES

*Proposta de novo regime jurídico
das
Federações desportivas*

GENERALIDADES

Novos conceitos na vida desportiva:

“Publicitação” obrigatória

”Relevante interesse desportivo nacional”

Ligaçāo do desporto ao turismo

Renovação do estatuto de UPD (quadrienal)

Tipos de associações (territoriais vc nacionais)

O Órgāo Presidente como um “Chefe de Governo”

**A nova representatividade no seio das
Assembleias Gerais das Federações**



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Proposta de novo regime jurídico das Federações desportivas NA ESPECIALIDADE

Artº 8º - Publicitação das decisões

Artº 13º - Apoios públicos às federações desportivas

Artº 19º - Relevante interesse nacional

Artº 24º - Renovação quadrienal do estatuto de utilidade pública desportiva

Artº 26º -Tipos de associações

Artº 28º - Relações de federação desportiva com a liga profissional

Artº 29º - Regulamentação das competições desportivas profissionais

Artº 30º - Associações de clubes não-profissionais

Artº 31º -Associações territoriais de clubes



ANÁLISE DA LEI DE BASES

Artº 31º -Associações territoriais de clubes

Artº 32º - Órgãos estatutários

Artº 33º - Designação dos titulares dos órgãos

Artº 35 º - Composição da Assembleia Geral

Artº 36º - Número de membros da assembleia geral

Artº 37º - Proporcionalidade da representação

Artº 38º - Deliberações sociais

Artº 39º - Presidente

Artº 47º - Direitos

Artº 50º - Duração do mandato e limites à renovação

Artº 67º - Financiamento dos clubes participantes em competições profissionais





Obrigado!